

Água – petróleo do século XXI

José Chacon de Assis

Talvez sejamos dos que desperdiçam por vivermos enraizados na “cultura da abundância”; talvez nossas ligações estejam mais afeitas aos medos da escassez de água que também nos ameaça. Precisamos saber que há inúmeros profetas como este Autor (falam em nome de sua consciência) ‘gritando’ e avisando que os recursos hídricos são finitos. Mas o banho de um casal cabo-verdiano num rio nosso vale por mil dados estatísticos

No Terceiro Encontro Nacional do Movimento da Cidadania pelas Águas (22 a 25 de março, Araruama, RJ), sem dúvida a decisão política mais impactante tomada pelo plenário foi a de nos elevar à coordenação nacional do movimento, em reconhecimento ao trabalho que é desenvolvido pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA-RJ), desde 1997. Criado pela Secretaria de Recursos Hídricos, o Movimento da Cidadania

pelas Águas foi articulado “para incentivar ações em defesa da água e superar a cultura da abundância”.

Mas, apesar da iniciativa ter partido do poder público federal — ainda que inspirada no trabalho que já realizava uma organização não-governamental, em Minas Gerais — houve, depois de uma euforia inicial, um período de acomodação e de apatia no governo, o que, no entanto, não impediu que a idéia ganhasse amplitude e se concretizasse.

Em sua concepção, o Movimento da Cidadania pelas Águas admite iniciativas desatreladas do poder central. Em tablóide de oito páginas, editado em outubro de 1997, cujo endereço eletrônico não deixa dúvidas sobre sua origem governamental (<http://www.radiobras.gov.br/agua.html>), há um texto sob o título “De quem é este Movimento de Cidadania pelas Águas?” que afirma: *Este Movimento não é mais um órgão do governo, uma organização governamental, uma instituição oficial.(...) Melhor dizer-se que é um Movimento de Cidadania e Público, incluindo Cidadãos que estão no governo e Cidadãos fora do governo. A iniciativa de dar visibilidade às ações de Cidadania pelas Águas é do Governo como poderia ter sido de uma organização não governamental. Assim, participam ou se sentem participantes do Movimento todas as pessoas e organizações integradas nesta rede de Cidadania pelas Águas.*

O grande salto de qualidade, em consonância com a introdução de uma nova ética no que diz respeito à utilização dos recursos hídricos, foi a edição da Lei 9.433, em 8 de janeiro de 1997, via Secretaria dos Recursos Hídricos. Esta, por sua vez, está subordinada ao Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal.

A promulgação da Lei 9.433 acompanhou uma tendência atual, em países como a França, de compreender os recursos hídricos como um bem público, finito, vulnerável, de valor econômico, múltiplos usos e que deve ser gerido de forma planejada, descentralizada e participativa. A lei caminha por uma estrada que começou a se projetar nos anos de 1970 e 1980, quando os cientistas e ambientalistas começam a perceber que “a água será o petróleo do século XXI”, prevendo uma guerra mundial pela água, se drásticas e urgentes medidas não forem tomadas — uma idéia que ganha força e amadurece depois da Eco-92 e da Agenda 21, com a tese do desenvolvimento sustentado.

Em sintonia com essas preocupações, o CREA-RJ realiza, em agosto de 1997, o Seminário Nacional sobre Gestão dos Recursos Hídricos, enfatizando desde o começo a importância do caráter deliberativo dos Comitês de Bacia e da sua composição paritária, entre representantes do poder público e da sociedade civil. Em outubro do

22 de março

Dia Mundial Da Água

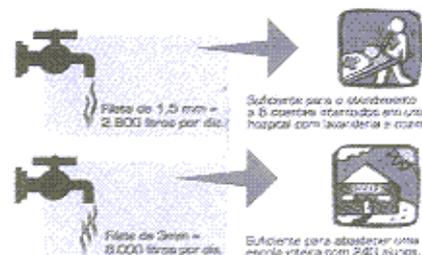
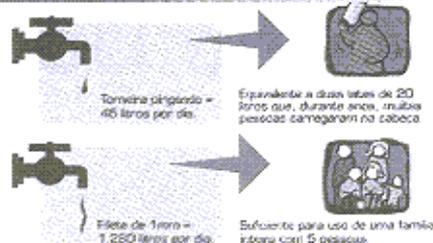


A escassez de água é um problema mundial. Precisamos usar os recursos hídricos de maneira mais racional!

PRESERVAR A ÁGUA É PRESERVAR A VIDA!

ÁGUA: Questão de Sobrevivência

VEJA O QUANTO SE DESEPERDICA



DICAS PARA EVITAR O DESPERDÍCIO

- 1 Utilize apenas a água indispensável para enxaguar as roupas
- 2 Na hora de tomar banho usar somente o necessário
- 3 Fechar a torneira enquanto escova os dentes ou faz a barba

- 4 Regar jardins ou gramados com moderação
- 5 Utilizar a quantidade de água correta para preparar alimentos
- 6 Ao lavar o carro, não usar mais água que o necessário
- 7 Lembrar as crianças que brincar com água é desperdício

MINUTO DA ÁGUA

- Para produzir 1 quilo de pão gastam-se, da plantação de trigo até a padaria, mil litros de água.
 - O consumo diário mundial de água está distribuído de maneira desigual. Apenas 10% do total do consumo se destinam ao uso doméstico, sendo 25% utilizados pela indústria e 65% na irrigação agrícola.
 - Hoje, morrem 10 milhões de pessoas/ano (metade com menos de 18 anos) por causa de doenças que seriam evitadas caso a água fosse tratada.
 - Em Israel, 70% da água é reutilizada em irrigação.
 - Da população dos países em desenvolvimento, 25% não têm acesso à água potável e muito menos à rede de esgoto.
 - Estima-se que nos últimos 60 anos a população mundial duplicou enquanto o consumo de água multiplicou-se por 7 (sete vezes).
 - A organização das Nações Unidas (ONU) alerta que nos próximos 25 anos, cerca de 3,8 bilhões de pessoas poderão viver em região de seca crônica.
 - Em 2025, a população mundial poderá chegar a 8 bilhões e 300 milhões de habitantes. Com isso, a quantidade média anual de água disponível para cada pessoa será reduzida em 35%.
 - O potencial hídrico subterrâneo é 100 vezes maior que a potencialidade dos rios e lagos.
 - O Brasil dispõe de mais de 100 mil cursos d'água, sendo que todos apresentam poluição em algum grau.
- Fonte: Folheto *Água: questão de sobrevivência*.

mesmo ano, realiza o Seminário sobre o Projeto de Lei Estadual de Recursos Hídricos, com críticas ao projeto do governo do estado, que praticamente exclui a sociedade civil organizada e tenta decidir sozinho sobre o destino dos recursos hídricos do Rio de Janeiro, colocando-se na contramão do Movimento da Cidadania pelas Águas, em contradição com a própria lei federal.

Ainda em outubro de 1997, pela Comissão de Meio Ambiente, o CREA torna-se o primeiro Centro de Referência do Movimento de Cidadania pelas Águas no Estado do Rio de Janeiro. Desde então já apoiou a criação de quase sessenta Centros de Referência no estado. Em outras partes do País, formaram-se vinte e sete.

Em 1998, o Primeiro Encontro dos Centros de Referência acontece em Araruama, servindo para estimular a formação de novos centros e integrar suas ações. Mais de duzentos participantes decidem eleger como princípios básicos dos Centros a autonomia, a integração, a pluralidade de representação e a busca de parcerias.

Em 2000, realiza-se o Segundo Encontro dos Centros de Referência, já com perfil de encontro nacional. Há uma intensa troca de experiências entre os participantes que socializam co-

nhecimentos sobre a água e o meio ambiente e tentam viabilizar os Comitês de Bacia.

O Terceiro Encontro Nacional em março, pode ser considerado um marco. Reuniu cerca de seiscentas pessoas. Presentes setenta representantes de quarenta e três Centros de Referência, o que corresponde a 76% do total de centros instalados no Rio de Janeiro e representantes de cinco centros de outros estados do Brasil. Havia participantes de Acre, Rondônia, Pará, Mato Grosso, Distrito Federal, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Como a força de uma idéia acabou se transformando numa idéia de força? Quando conseguimos reunir, num calor de quase 40°, em salas apertadas pessoas das mais diferentes origens e dos mais diferentes lugares para discutir questões como saneamento, água subterrâneas, biodiversidade, educação ambiental, sustentabilidade, participação popular, dentre outros temas. Quando conseguimos inspirar iniciativas como a da seção paulista da Ordem dos Advogados do Brasil: ela já se propôs a realizar uma rede estadual do Movimento da Cidadania pelas Águas, seguindo os passos do CREA no Estado do Rio de Janeiro.

O FUTURO EM NOSSAS MÃOS

Outro dia um casal de estudantes de Cabo Verde, na África, tomava banho nas águas de um rio, em Sana, no estado do Rio de Janeiro. A cena era indescritível. Se tivessem ganhado na loteria sozinhos ou descoberto uma mina de ouro, talvez não conseguissem expressar tanta emoção e deslumbramento, como no contato com a água cristalina do rio. Seguravam a água entre as mãos e esfregavam nos lábios, no rosto, no corpo um do outro. Mergulhavam e voltavam à tona entre gargalhadas e sorrisos de ponta a ponta.

O que para nós, brasileiros, acostumados à “cultura da abundância” — mesmo para os mais conscientes — pode parecer uma surpreendente e exagerada demonstração de alegria, é uma atitude compreensível para quem já vive a crônica escassez de água, como no arquipélago de Cabo Verde, formado por dez ilhas, onde existem duas ou três magras nascentes, em apenas duas dessas ilhas. O resto é seco. Em Cabo Verde, a população tem que dessalinizar a água do mar. Água para beber, só importada.

Não é uma exceção. Também se encontram na faixa de escassez hídrica Kuwait, Egito, Arábia Saudita, Líbia, Barbados, Tailândia, Jordânia, Singapura, Israel, Burundi, Argélia e Bélgica. Menos trágica, mas igualmente preocupante, é a situação do México, Hungria, Etiópia, Síria, Turquia, regiões da China, Índia, Estados Unidos: em todo o mundo, 1,3 bilhão de pessoas já sofrem com a falta d'água.

As águas ocupam cerca de 71% da superfície do planeta, mas apenas 0,63% desse volume é doce e está em estado líquido. Em tese, o Brasil tem situação privilegiada, com um volume armazenado de água subterrânea da ordem de 112 mil km³ e aproximadamente 8 mil km³ escoando pelos rios

Compreender os recursos hídricos como um bem público, finito, vulnerável, de valor econômico, múltiplos usos e que deve ser gerido de forma planejada, descentralizada e participativa

(cerca de 18% do potencial de superfície do planeta).

Tal “privilegio” não significa que a água é abundante para todos os brasileiros em quantidade e qualidade. A menos de cinco quilômetros das margens do Rio São Francisco a população não tem água encanada e as crianças morrem de diarreia e desidratação. Doenças até então desconhecidas, como a Síndrome de Queimados, surgem em áreas periféricas do Rio de Janeiro. No Rio e em Niterói, apontada como a quarta cidade em qualidade de vida do País, não é difícil encontrar comunidades inteiras, sobretudo nas favelas, onde mulheres e crianças continuam a carregar a famosa lata d'água na cabeça, morro acima e morro abaixo, cena que já inspirou belos sambas, mas que de bela não tem nada.

O aparente paradoxo se explica pela péssima distribuição de riqueza e renda no País, onde cerca de um terço da população vive abaixo da linha de miséria, o que inclui, dentre outros fatores que medem a qualidade de vida, a falta de acesso à água encanada e tratamento sanitário. No País, 80% das doenças e 65% das internações hospitalares são em consequência da falta de saneamento básico.

O Movimento da Cidadania pelas Águas tem tudo para ser o embrião de um novo tempo. No Brasil, por vício

e costume, sempre olhamos a água como uma dádiva dos céus, infinita e abundante. Em decorrência dessa visão míope, o índice de desperdício chega a 40% da água destinada às cidades. Se cada um de nós tivesse a oportunidade de olhar de perto a emoção de um ser humano carente desse líquido precioso mergulhando num rio ou bebendo um simples copo d'água, talvez fôssemos todos tocados pela importância dessa luta. Talvez uma cena como essa conseguisse impressionar mais do que mil dados estatísticos. Ainda que fossem os mais assustadores, como a possibilidade de uma guerra mundial pela água, nas próximas décadas.

De qualquer forma, o caminho para a reeducação e para a adoção dessa nova ética é apenas um, já apontado pela Lei 9.433/97, embora tenha sofrido alguns vetos prejudiciais. Temos que lutar pela criação dos Comitês de Bacia — “parlamentos da água” — com paridade entre representantes do poder público, usuários e comunidades; pelo controle social da água como forma de assegurar seus múltiplos usos; pela garantia de uma gestão participativa e descentralizada; por Centros de Referência autônomos, descentralizados, onde cada cidadão possa se sentir parte do Movimento, consciente de suas responsabilidades coletivas, seja com um vizinho, com um morador de Queimados, na Baixada Fluminense, ou com um morador de uma favela carioca ou da distante África. ☐

José Chacon de Assis, presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA-RJ) e Coordenador Nacional do Movimento Cidadania pelas Águas.